Lei ambiental não será flexibilizada, diz ministra

Não existe a possibilidade de flexibilizar a legislação ambiental. A afirmação é da ministra do Meio Ambiente, Marina da Silva. “A legislação ambiental. A legislação ambiental é excelente e o Brasil é exemplo para a América Latina nessa questão”, afirmou.

A ministra participou de reunião na sede da Abdib — Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base, em São Paulo, para analisar os avanços e desafios da agenda ambiental e da infraestrutura dos últimos quatro anos. A informação é da agência *Ambiente Brasil*.

Segundo Marina Silva, questões como a regulamentação do artigo 23 da Constituição — que define de quem é a competência para conceder licenças ambientais — foram discutidas pelo ministério e empresários.

Ela informou que um projeto de lei foi encaminhado para a Casa Civil, regulamentando a questão. “O texto final já está pronto e está sendo avaliado pela Casa Civil desde fevereiro. Aguardamos a avaliação deles”, disse. A ministra acredita que o projeto poderá ser enviado na próxima semana.

A ministra negou que o ministério leve questões políticas e ideológicas em consideração no processo de concessão de licenças ambientais. “A concessão de licenças não é uma questão política ou ideológica. São processos objetivos e que podem, inclusive, ser questionados pelo empreendedor”, explicou.

A ministra declarou ainda que o Brasil tem 166 mil quilômetros quadrados de áreas desflorestadas e não é necessário aumentar o desmatamento na Amazônia para expandir a agricultura e a pecuária. “Não precisamos desmatar para plantar grãos nem criar gado”, afirmou.

Segundo ela, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi muito corajoso ao levar a discussão sobre o desmatamento da Amazônia para dentro do Palácio do Planalto. Antes, na avaliação dela, a questão era de responsabilidade exclusiva do Ministério do Meio Ambiente.

Na avaliação da ministra, conciliar desenvolvimento econômico e respeito às questões ambientais é a “equação do século”. “A China, por exemplo, cresce muito, mas há quem diga que pelo menos 5 pontos percentuais nesse crescimento podem ser subtraídos, devido aos danos ambientais”, disse. “Não queremos que empresas e agricultores sejam acusados de praticar dumping ambiental”, afirmou.

Date Created

09/12/2006